Ata da 7ª Sessão Ordinária
de 05 de maio de 2020.

Aos cinco dias do mês de maio de dois mil e vinte, às vinte horas na Sala das Sessões, no edifício da Câmara Municipal, nesta cidade de Divinolândia, Estado de São Paulo, sob a presidência do Senhor Diego Felipe Borges, reuniram-se os vereadores (as) senhores (as): Alcides José Ribeiro, Ederson Luis Trevizan, Edson Carlos de Genova, Jéssica de Carvalho, Maurício Pandolpho, Olacir Donizete Raspante, Paulo Roberto Aurelietti e Silas Ferreira Filho. Havendo número legal com o comparecimento de nove representantes, o Senhor Presidente declarou aberta a sessão. Logo em seguida, procedeu-se á execução do Hino Nacional. Solicitou que se procedesse à leitura das atas anteriores. O vereador Olacir Donizete Raspante solicitou à Mesa, ouvido o Plenário que fosse dispensada a leitura das atas. Consultado o Plenário, a aludida solicitação foi aprovada por unanimidade. As respectivas discussões e votações encontram-se na íntegra na Galeria de Vídeo no site da Câmara Municipal de Divinolândia. Do Expediente constou o seguinte: **Projeto de Lei nº 09/2020** de 29/04/2020 do Executivo Municipal que "Autoriza o Poder Executivo a abrir na sua Contadoria um crédito adicional especial e dá outra providências". Tramitação sob regime de urgência – Req. Nº 21/2020. **Requerimento nº 19/2020** de 30/04/2020 de autoria do vereador Ederson Luis Trevizan, subscrito pelo Vereador Paulo Roberto Aurelietti que "Requer seja oficiado ao Instituto de Previdência Social a fim de que nos forneça documentações e informações". Oficie-se. **Requerimento 20/20** de 30/04/2020 de autoria do vereador Diego Felipe Borges, subscrito pelos vereadores Olacir Donizete Raspante, Silas Ferreira Filho, Alcides José Ribeiro e vereadora Jéssica de Carvalho que "Requer seja oficiado ao Poder Executivo para informações do quanto foi gasto e onde no combate à pandemia do Coronavírus em nosso município". Oficie-se. **Requerimento nº 21/2020** de 05/05/2020, assinado por todos os vereadores que requer tramitação sob regime de urgência do projeto de Lei nº 09/2020. Deferido pelo Presidente**. Indicação nº 57/2020** de 22/04/2020 de autoria do vereador Edson Carlos de Genova que "Sugere ao Chefe do Executivo, que construa redutor de velocidade na Rua Sebastião Moreira da Silva, na altura da residência nº 92, na Vila Cruz, em frente ao salão de eventos Balão Mágico". Oficie-se. **Indicação nº 58/2020** de 29/04/2020 de autoria do vereador Diego Felipe Borges, subscrito pelos vereadores Olacir Donizete Raspante, Alcides José Ribeiro, Silas Ferreira Filho e vereadora Jéssica de

Carvalho que "Sugere ao Chefe do Executivo, que estude a possibilidade de conceder o valor de 40% na insalubridade ao pessoal que atende na linha de frente no combate ao coronavírus". Oficie-se. **Indicação nº 59/2020** de 30/04/2020 de autoria do vereador Ederson Luis Trevizan, subscrita pelo vereador Paulo Roberto Aurelietti que "Sugere ao Chefe do Executivo, que estude a possibilidade da implantação do REFIS em nosso município". Oficie-se. **Indicação nº 60/2020** de 30/04/2020 de autoria do vereador Paulo Roberto Aurelietti, subscrita pelo vereador Ederson Luis Trevizan que "Sugere ao Chefe do Executivo, proceda através dos departamentos responsáveis, a concessão de EPIs, de acordo com as especificações técnicas das normas regulamentadoras do trabalho, aos servidores públicos que estão exercendo atividades essenciais junto à administração municipal". Oficie-se. **Indicação nº 61/2020** de 30/04/2020 de autoria do vereador Paulo Roberto Aurelietti, subscrito pelo vereador Ederson Luis Trevizan que "Sugere ao Chefe do Executivo, que proceda através de seu departamento de obras e serviços a desinfecção de prédios, vias e logradouros públicos da cidade, bem como as dos distritos de Campestrinho, Ribeirão do Santo Antônio e Três Barras". Oficie-se. **Indicação nº 62/2020** de autoria do vereador Paulo Roberto Aurelietti, subscrita pelo vereador Ederson Luis Trevizan que "Sugere ao Chefe do Executivo, que estude a possibilidade de suspender a cobrança de débitos fiscais, fruto de acordo e parcelamento com a fazenda pública municipal, para os cidadãos que estiverem pagando em dia os acordos até a data que foi decretado o Estado de Emergência no município de Divinolândia, decorrente do novo coronavírus COVID 19". Oficie-se. Correspondência recebida pelo Legislativo. Ciente. Arquive-se. A seguir, o Senhor Presidente comunicou aos edis que os **balancetes dos meses de fevereiro, março e abril - exercício de 2020 – do Poder Legislativo** estão á disposição para devida apreciação. Às Comissões de Justiça, Redação, Cultura e Recreação, Finanças e Orçamento. **Em discussão, Requerimento nº 19/2020.** O vereador Ederson Luis Trevizan disse que o requerimento visa sanar dúvidas de servidores municipais sobre a operação de risco que o capital do Fundo de Previdência está aplicado, podendo trazer prejuízo. Argumentaram se é viável tal aplicação. Não havendo mais oradores, o Senhor Presidente colocou o requerimento em votação. Posto em votação, foi aprovado por unanimidade. **Em discussão, Requerimento nº 20/2020**. O vereador Diego Felipe Borges disse que o requerimento visa dar um esclarecimento à população divinolandense diante do dever do vereador de

fiscalizar o Executivo, principalmente no que tange a inexigibilidade de licitação, diante da situação de pandemia. Não havendo mais oradores, o Senhor Presidente colocou o requerimento em votação. Posto em votação, foi aprovado por unanimidade. A seguir, o Senhor Presidente deixou a palavra livre dentro do Expediente. O vereador Diego Felipe Borges falou sobre a indicação nº 58/2020 de sua autoria onde sugere o percentual de 40% de insalubridade do pessoal que atende na linha de frente ao combate do COVID – 19, conforme determinado na Portaria 3214, no anexo 14 que assegura esse direito ao pessoal da saúde. O vereador Paulo Roberto Aurelietti comentou sua indicação 60/2020 que sugere o fornecimento de EPIs aos servidores públicos que estão exercendo atividades essenciais junto à administração municipal. Afirmou que vem de encontro ao que o vereador Diego acabou falar com reação à insalubridade. Disse da importância dos EPIs para assegurar a integridade física de quem está na linha de frente ao combate do COVID – 19. Na indicação nº 61/2020, o vereador sugere que proceda á desinfecção de prédios, vias e logradouros públicos da cidade e dos bairros. Observou que já foi realizada a desinfecção com produtos químicos na cidade, porém houve doação de dez mil litros de ága sanitária, e que acredita que as medidas possam ser intensificadas, uma vez que a Prefeitura tem o equipamento disponível para tal serviço. Quanto a indicação nº 62/2020 pede que estude a possibilidade de suspender a cobrança de débitos fiscais, fruto de acordo de parcelamento com a fazenda pública municipal para os cidadãos que estiverem pagando em dia pelo menos enquanto perdurar o estado de emergência. Explicou tratar-se de assunto de ordem municipal, principalmente pela autonomia dada pelo STF aos governos estaduais e municipais. Ressaltou a viabilidade por parte da arrecadação e receita municipal, bem como equilíbrio das contas públicas, e que beneficie somente os cidadãos que estejam em dia com o município. Salientou que pesquisou tecnicamente, e constatou que não caracteriza renúncia de receita por estar somente suspendendo o pagamento. O vereador Edson Carlos de Genova fez requerimento verbal de voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Aparecida Gusson Braz, matriarca de cinco filhos e pessoa de boa índole. O Senhor Presidente colocou o pedido em discussão. Não havendo oradores, colocou em votação. Posto em votação, foi aprovado por unanimidade. O vereador Ederson Luis Trevizan falou da sua indicação de nº 59/2020 que sugere implantação de REFIS em nosso município, que visa beneficiar os munícipes que não conseguiram quitar seus débitos junto

a Prefeitura. Salientou que, atualmente, com juros e multas já impostas, fica quase impossível quitar esses débitos. Também comentou sobre a surpresa dos munícipes quanto ao valor do IPTU que quase dobrou, tendo inviabilizado alguns pagamentos. Por isso, acredita que o REFIS ajudaria a quitar esses débitos. Fez indicação verbal para recuperação das estradas de terra do Bairro Ribeirão do Santo Antônio, haja visto estarem muito ruins, bem como melhoria na cabeceira da ponte do Militão, salientando que a Prefeitura já tem material. Solicitou à Mesa que fosse revista a data para apresentação das proposituras, pois muitas vezes, atrapalha o atendimento às solicitações da população. O vereador Alcides José Ribeiro fez comentários sobre a desinfecção da cidade, dizendo ser muito importante a doação de água sanitária. Porém, salientou que está sempre em contato com o Vice-Prefeito, cobrando manutenção de estradas, iluminação pública, etc, por meio de wattsapp e tem arquivado algumas desinfecções realizadas no município, nos dias 06/04, 20/04, 22/04 (Bairro Campestrinho) e 27/04. Informou que no dia 28/04 houve manutenção de iluminação pública e construção de rede pluvial no Bairro Campestrinho. E também desinfecção dos Bairros Ribeirão do Santo Antônio, Três Barras e Campestrinho. Disse que está esclarecendo o que a administração está fazendo, conforme o Vice-Prefeito está enviando com fotos anexas. Falou ainda que no dia 01/05, feriado, houve novamente a desinfecção nos Bairros Campestrinho, Ribeirão do Santo Antônio, além do controle de matos e trabalho na Serra de Poços de Caldas. Falou que o intuito é de se destacar o trabalho que o vice-prefeito vem fazendo em parceria com o almoxarifado, com poucos recursos. Não havendo mais oradores, passou-se para a ordem do Dia, com a apresentação dos seguintes processos: **Em primeira discussão**, **Projeto de Lei nº 07/2020** de 16/04/2020 do Executivo Municipal que "Dispõe sobre a autorização de vinculação e retenção do FPM – Fundo de Participação dos Municípios, destinado ao Município de Divinolândia para o pagamento das obrigações, financeiras devidas ao CONDERG – Consórcio de Desenvolvimento da Região de Governo de São João da Boa Vista na forma que especifica e dá outras providências". O vereador Paulo Roberto Aurelietti explicou da vinculação dos recursos entre o município e a União. Salientou que, muitas vezes a obrigação que o município tem com o consórcio não é cumprida, afetando assim a gestão fiscal e econômica do consórcio, onde não se tem a certeza do que irá arrecadar, comprometendo as metas. Lembrou que o consórcio tem suas obrigações, sendo auditado,

inclusive pelo Tribunal de Contas, e diante das obrigações não cumpridas pelos municípios consorciados, ao longo dos anos, tem prejudicado muito a gestão do mesmo. Disse ser amplamente favorável ao projeto, haja vista que o que foi pactuado entre os municípios e o consórcio vincula ao FPM, ou seja, se o município deixar de cumprir a sua responsabilidade imposta na pactuação será autorizado o desconto na fonte, direto do FPM, trazendo um respaldo econômico para o consórcio a fim de que possa cumprir suas obrigações, muitas vezes, até mesmo trabalhistas, como compromissos salariais com os funcionários, entre outros. Ressaltou não ser o caso de Divinolândia essa inadimplência. Comentou sobre o abandono dos servidores do Hospital Regional por parte da administração pública. O vereador Acides José Ribeiro também se manifestou amplamente favorável e destacou não ser o caso de Divinolândia, que está cumprindo suas obrigações. Afirmou que irá assegurar mais a administração, uma vez que, no caso de turbulência de um município, se deixa de pagar o CONDERG, comprometendo o atendimento que e tão bom. O vereador Diego Felipe Borges informou que a cidade de Mococa renegociou sua dívida com o CONDERG e que esse pagamento de renegociação irá ficar vinculado ao CONDERG. Também comentou sobre o salário defasado dos funcionários do hospital e das folgas, assunto já tratado por esses dias para tentar reconquistar esse direito, tão necessário ao funcionalismo, principalmente em época de pandemia. Disse da importância do projeto que trará mais seguridade econômica ao CONDERG. Não havendo mais oradores, o Senhor Presidente colocou o projeto em primeira votação. Posto em votação, foi aprovado por unanimidade. **Em primeira discussão, Projeto de Lei nº 09/2020** de 29/04/2020 do Executivo Municipal que "Autoriza o Poder Executivo a abrir na sua Contadoria um crédito adicional especial e dá outra providências". Tramitação sob regime de urgência – Req. Nº 21/2020. O vereador Paulo Roberto Aurelietti manifestou-se amplamente favorável ao projeto. Falou sobre a receita e despesa do município dentro da peça orçamentária que determina onde o Prefeito pode gastar dentro de cada departamento. Explicou que o projeto traz uma alteração em uma rubrica orçamentária, tendo como justificativa a necessidade de codificação de recursos utilizados no enfrentamento da pandemia do coronavírus, o qual, por determinação do Tribunal de Contas devem ser contabilizadas com o código de aplicação 312, ou seja os recursos advindos para o combate á pandemia serão empenhados neste código. Disse da importância desse

projeto quando da prestação de contas. Não havendo mais oradores, o Senhor Presidente colocou o projeto em primeira votação. Posto em votação, foi aprovado por unanimidade. Prosseguindo, o Senhor Presidente deixou a palavra livre para explicações pessoais. O vereador Diego Felipe Borges informou à população que o Governo Federal fez uma previsão de valores de socorro aos municípios brasileiros, e que consta que o nosso município receberá mais de um milhão de reais. Afirmou que não é uma realidade, e sim uma suplementação pata tentar superar a falta do ISS (Imposto sobre Serviços) e ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias). Explicou que, com a pandemia, a arrecadação do município caiu muito e o governo está fazendo uma suplementação desses impostos que deixarão de ser arrecadados, enviando um valor para custear alguns gastos do município. O vereador Paulo Roberto Aurelietti comunicou que foi entregue á Prefeitura um veículo tipo Van com capacidade de onze lugares para transporte de pacientes, com recursos do Governo do estado de São Paulo, através de emenda parlamentar voluntária do Deputado Estadual Thiago Auricchio, ao qual agradeceu imensamente. Disse do compromisso assumido pelo Deputado com Divinolândia, o qual está sendo cumprido. Destacou outra emenda do aludido deputado para a OSC-SIGA, no valor de cinquenta mil reais para aquisição de equipamentos. Agradeceu à Prefeitura que se empenhou nas fases de execução do convênio. Agradeceu a Deus pela oportunidade de ajudar os que mais precisam. Agradeceu à Associação Brasileira de Produtos de Higiene, Limpeza e Saneantes de uso doméstico e profissional, Diretor Executivo, Dr. Paulo pela doação de dez mil litros de água sanitária para desinfecção de vias públicas, prédios e logradouros de nossa cidade. Agradeceu ao sempre Deputado Federal Guilherme Campos, que hoje é diretor executiva do SEBRAE, seu assessor Martelli e Kassab pela parceria com Divinolândia que foi quem intermediou essa doação de água sanitária. Salientou que Divinolândia já está fazendo a desinfecção, mas que pede para que continue periodicamente, a fim de surtir efeito. Disse da importância da economia gerada para a Prefeitura com a aludida doação. Pediu ao Departamento de Obras e Serviços Públicos que olhe pelas estradas rurais dos Bairros Água Fria, Contendas, Quilombo e Vargem Grande que se encontram praticamente intransitáveis, onde tem recebido inúmeros pedidos de ajuda. Lembrou aos moradores do local que não depende do vereador essa ação, mas cobram do Prefeito que aconteça, pois a Prefeitura tem um cronograma de serviços. Fez comentários sobre projetos de lei que

tramita na Câmara Federal no que diz respeito aos valores a serem repassados aos municípios, ressaltando que seria interessante o ressarcimento das perdas aos municípios sem vinculação, pois a União já detém maior parte do valor arrecadado e terá efeitos econômicos. Disse que entrou em contato com senadores, a fim de que não vinculem obrigações primarias impostas por lei, pois prejudicam o município e, principalmente o funcionalismo público. Informou á população que até agora, o município não recebeu nada com relação a esse auxílio financeiro, que será dividido em quatro parcelas aos entes federados. Disse ainda, que se for pactuado com nosso município, a bancada irá divulgar amplamente. Comunicou que foi informado pelo corpo técnico que o projeto foi aprovado com modificação. Então, ainda não tem nada concretizado. Pediu a população que respeitasse as medidas protetivas de combate ao coronavírus e deixar as reuniões e festas para quando a saúde pública não esteja comprometida, como está no momento, valorizando a saúde. Solicitou o uso de máscaras e adoção do isolamento social. O vereador Ederson Luis Trevizan agradeceu ao Deputado Thiago Aurícchio e comentou sobre o lançamento do Deputado Estadual, desafio para ele e para quem estava acreditando nele. Mas que está fazendo um bom trabalho, sendo um aliado de Divinolândia e dos seus eleitores. Falou do projeto IPTU VERDE que trata-se de um incentivo fiscal à pessoas que praticam boas práticas ambientais e que conseguem desconto no IPTU. Salientou que o projeto encontra-se aberto para quaisquer alterações dos vereadores. O vereador Edson Carlos de Genova comunicou que será o médico responsável pelos Bairros Campestrinho, Três Barras e Ribeirão do Santo Antônio a partir de amanhã para atender esses bairros. Lembrou que por quinze anos, foi médico desses bairros e o fez com carinho e amor, não ficando nenhum paciente sem atender. Pediu aos vereadores representantes desses bairros que os fiscalizem, pois quer prestar um bom trabalho. Quanto aos médicos responsáveis para tratar do COVID-19, foi escalado, mas depois, por comentários errados, saiu do escalonamento. Porém, pretende corrigir e continuar o escalonamento. Não havendo mais comentários, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão.